

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

TEORIA GERAL DOS RECURSOS TRABALHISTAS	23
1. Do conceito de recurso	23
2. Natureza jurídica dos recursos	25
3. Fundamentos dos recursos	25
4. Classificação dos recursos	27
4.1. Recursos ordinários e extraordinários	27
4.2. Recursos de fundamentação livre e de fundamentação vinculada	28
4.3. Recursos parciais e totais	28
5. Dos pronunciamentos judiciais passíveis de recurso	28
5.1. Sentença	29
5.1.1. A questão da fundamentação das decisões	31
5.1.2. Do julgamento parcial do mérito	39
5.1.3. Do julgamento de improcedência liminar	42
5.2. Acórdão	44
5.3. Decisões Interlocutórias	45
5.4. Despachos	45
6. A questão dos dissídios de alçada e a recorribilidade	46
7. Da remessa necessária ou recurso de ofício	49
8. Recursos e direito intertemporal	52

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS DOS RECURSOS TRABALHISTAS 59

1. Do conceito e importância dos princípios no sistema recursal trabalhista 59
2. Dos princípios recursais em espécie 61
 - 2.1. Duplo grau de jurisdição 61
 - 2.2. Taxatividade 67
 - 2.3. Singularidade ou unirecorribilidade 68
 - 2.4. Fungibilidade 69
 - 2.5. Proibição da *reformatio in pejus* 71
 - 2.6. Variabilidade 72
 - 2.7. Dialeticidade 73
 - 2.8. Subsidiariedade 76
 - 2.9. Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias 83
 - 2.9.1. Decisões interlocutórias recorríveis de imediato 84
 - 2.10. Princípio da Voluntariedade 85
 - 2.11. Boa-fé 86
 - 2.11.1. Do assédio processual 91
 - 2.12. Duração razoável do processo na esfera recursal 96

CAPÍTULO III

DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS 99

1. Conceito 99
2. Pressupostos recursais intrínsecos 100
 - 2.1. Cabimento 100
 - 2.2. Legitimidade 101

2.2.1.	Da Legitimidade do terceiro	102
2.2.2.	Legitimidade do INSS	103
2.2.3.	Legitimidade do perito e advogado	105
2.2.4.	Da legitimidade do Ministério Público	106
2.2.5.	Capacidade das partes	106
2.2.6.	Representação	109
2.2.7.	Da regularização da representação processual	111
2.2.8.	Capacidade postulatória (<i>jus postulandi</i>)	113
2.2.9.	Da Legitimidade do preposto	115
2.3.	Interesse recursal	116
2.3.1.	Do interesse recursal da parte que fora beneficiada pela extinção do processo sem resolução de mérito	117
2.3.2.	A parte beneficiada pelo decreto de improcedência total dos pedidos tem interesse recursal? ..	118
2.4.	Inexistência de fatos extintivos ou modificativos do direito de recorrer	122
3.	Pressupostos recursais extrínsecos	122
3.1.	Preparo	122
3.1.1.	Depósito recursal	124
3.1.2.	Da constitucionalidade do depósito recursal ..	133
3.1.3.	Possibilidade de dispensa do depósito recursal ao litigante beneficiário da justiça gratuita	135
3.1.4.	Da possibilidade de substituição do depósito recursal por carta de fiança ou seguro-garantia	136
3.2.	Regularidade formal	140
3.2.1.	Assinatura	143
3.3.	Tempestividade	144
3.3.1.	Privilégios de prazo	152

CAPÍTULO IV

EFEITOS DOS RECURSOS TRABALHISTAS	155
1. Do conceito	155
2. Do efeito devolutivo	155
2.1. Extensão e profundidade do efeito devolutivo	157
3. Efeito translativo	159
4. Regressivo	160
5. Substitutivo	161
6. Suspensivo	161
7. Expansivo	163

CAPÍTULO V

DO PROCESSAMENTO DOS RECURSOS TRABALHISTAS	165
1. Juízos de admissibilidade e de mérito dos recursos	165
2. Das contrarrazões	168
2.1. A impugnação das decisões interlocutórias e as contrarrazões	171
3. Procedimento	172
4. Da sessão de julgamento e da sustentação oral	174
4.1. Da sessão de julgamento por videoconferência	177
5. Do art. 932 do CPC – Poderes do Relator	178
6. Saneamento das nulidades	182
6.1. Das nulidades	182
6.2. Do saneamento das nulidades em grau recursal	186
6.3. Saneamento de nulidades no recurso de revista	189

CAPÍTULO VI

DA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA	193
---	------------

1. Da jurisprudência	193
2. A questão do precedente judicial	195
3. Das Súmulas	200
4. Força vinculante da jurisprudência dos Tribunais	205
5. Da uniformização da jurisprudência dos Tribunais Regionais do Trabalho	215
6. Do incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho	220
7. Do incidente de Assunção de Competência	226
8. Recursos de Revista Repetitivos	227

CAPÍTULO VII

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 243

1. Conceito	243
2. Regramento legal	244
3. Cabimento	245
4. Caráter infringente dos embargos (efeito modificativo)	247
5. Embargos de declaração em face de decisão interlocutória	248
6. Embargos de declaração e contraditório	249
7. Embargos de declaração protelatórios e multa	250
8. Embargos de declaração e prequestionamento	251
9. Do processamento dos embargos de declaração	252

CAPÍTULO VIII

RECURSO ORDINÁRIO 255

1. Conceito	255
2. Regramento legal	257

3. Cabimento	257
4. O momento de impugnação das decisões interlocutórias e os protestos	258
5. Singularidades do Rito Sumaríssimo	260
6. Efeitos do recurso ordinário	261
7. Os §§ 3º e 4º do art. 1.013 do CPC e a teoria da causa madura e sua aplicação no recurso ordinário trabalhista	262
8. O reconhecimento da prescrição de ofício no recurso ordinário	265
9. Procedimento	271
10. Juntada de documentos	273

CAPÍTULO IX

RECURSO DE REVISTA 277

1. Conceito	277
2. Regramento legal	280
3. Cabimento	282
4. A controvertida questão da violação a princípios constitucionais	290
5. Execução de sentença	293
6. Execução de título executivo extrajudicial, execução fiscal e certidão negativa de débitos trabalhistas	296
7. Recurso de revista em acórdão proferido em Agravo de Instrumento	297
8. Remessa necessária e recurso de revista	297
9. Pressupostos específicos do Recurso de Revista	298
9.1. Pressupostos extrínsecos	298
9.2. Pressupostos intrínsecos	301

10. Prequestionamento como pressuposto intrínseco fundamental do recurso de revista	302
10.1. Prequestionamento ficto	303
10.2. Dispensa do prequestionamento	304
11. Da vedação do reexame de fatos e provas no Recurso de Revista	306
12. Atualidade da divergência e admissibilidade do recurso de revista	307
13. Recurso de revista no rito sumaríssimo	307
14. Transcendência no recurso de revista	308
15. Efeitos do recurso de revista	325
15.1. Efeito devolutivo	325
15.2. Efeito suspensivo	327

CAPÍTULO X

EMBARGOS NO TST	329
1. Conceito	329
2. Regramento Legal	329
3. Cabimento	331
4. Embargos infringentes	332
4.1. Procedimento	332
5. Embargos de Divergência	333
5.1. Da possibilidade de cabimento simultâneo de Embargos de Divergência e de Recurso Extraordinário	335
5.2. Procedimento	337
6. Embargos de nulidade	338

CAPÍTULO XI

AGRAVO DE INSTRUMENTO	341
------------------------------------	------------

1. Conceito	341
2. Regramento legal	342
3. Cabimento	342
4. Procedimento	344

CAPÍTULO XII

AGRAVO DE PETIÇÃO 349

1. Conceito	349
2. Regramento Legal	350
3. Cabimento	350
4. Delimitação das matérias objeto da controvérsia	353
5. Sentença de liquidação e o agravo de petição	356
6. Procedimento	359

CAPÍTULO XIII

DO RECURSO ADESIVO NO PROCESSO DO TRABALHO 361

1. Conceito	361
2. Regramento Legal	361
3. Cabimento	361
4. Procedimento	363

CAPÍTULO XIV

PEDIDO DE REVISÃO 365

1. Conceito	365
2. Regramento legal	365
3. Cabimento	365
4. Procedimento	366

CAPÍTULO XV**DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO ÂMBITO TRABALHISTA 369**

1. Conceito 369
2. Regramento legal 370
3. Cabimento 370
4. Da repercussão geral no recurso extraordinário 373
5. Do processamento do recurso extraordinário 376
6. Recurso extraordinário e execução de sentença trabalhista ... 378

CAPÍTULO XVI**DO AGRAVO REGIMENTAL E AGRAVO INTERNO 381**

1. Conceito 381
2. Regramento Legal 382
3. Cabimento 384
4. Procedimento 384
5. Multa 386

BIBLIOGRAFIA 387